

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS,
ADOLESCENTES E JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL**

**Concurso Público
Nível Superior**

CARGO: 103

**ESPECIALISTA
SOCIOEDUCATIVO**

ÁREA:

DIREITO E LEGISLAÇÃO

TIPO

A

Provas Objetiva e Discursiva

INSTRUÇÕES

- **Verifique se este caderno contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.**
- No momento da identificação, verifique, na folha de respostas, se as informações relativas a você estão corretas.

Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado de sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

"O princípio da educação é pregar com o exemplo."

- Você dispõe de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para fazer a prova objetiva e a prova discursiva. Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas e da folha de texto definitivo.
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente.
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio, que não os permitidos.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início das provas, você poderá entregar sua folha de respostas e sua folha de texto definitivo e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno de questões após 3 (três) horas e 20 (vinte) minutos do início das provas.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato conclua sua prova.
- Ao terminar as provas, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua folha de respostas devidamente assinada e sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

TIPO DE PROVA

A B C D

Ao receber sua folha de respostas, marque, imediatamente, no campo indicado, o tipo de prova que você recebeu (A), conforme modelo acima. Esta marcação é obrigatória e a sua ausência ou a marcação de mais de um campo implicará a anulação da sua prova.

PROVA APLICADA

Texto para responder às questões de 1 a 8.

- 1 No Brasil, há, infelizmente, um grande número de
crianças e adolescentes em diversas situações de risco e
que, portanto, necessitam de medidas de proteção
4 especiais. Muitas vezes, uma mesma criança vive mais de
uma dessas situações. Há crianças trabalhadoras,
exploradas sexualmente (comercialmente ou não),
7 deficientes, envolvidas com a rua, discriminadas pela
identidade étnica ou religiosa ou por gênero, outras em
conflito com a lei e as que vivem em instituições.
- 10 Do grande contingente de crianças de sete a catorze
anos de idade alistadas como trabalhadoras no país, muitas
estão envolvidas nas piores modalidades de trabalho infantil,
13 segundo a Organização Internacional do Trabalho, como em
trabalho escravo ou forçado, em atividades ilícitas (como a
produção e o tráfico de drogas), em trabalhos perigosos à
16 saúde ou à segurança (em carvoarias, no corte de cana, na
fabricação de tijolos etc.), entre outros. Há, ainda, as
prostitutas mirins e as milhares de crianças, geralmente
19 meninas, que fazem trabalhos domésticos no Brasil.
Empregar crianças no trabalho doméstico, muitas vezes em
idade bastante precoce, é uma prática muito comum e bem
22 aceita no país, embora seja bastante prejudicial às crianças
e aos adolescentes — a carga de trabalhos é, muitas vezes,
pesada, e muitos trabalhadores não conseguem frequentar a
25 escola. Por ser uma prática desenvolvida em ambiente
privado — de certo modo, escondido —, é difícil normatizar e
vigiar o trabalho doméstico.
- 28 Os exemplos citados são suficientes para constatar a
urgência de mudanças, que devem passar pelo estudo
detalhado e multidimensional das situações que envolvem a
31 infância e a adolescência. Não se deve seguir considerando
essas crianças e adolescentes apenas vítimas e passivos
beneficiários de medidas que se proponham a ajudá-los. Tal
34 postura, além de ter-se mostrado pouco eficiente ao longo
do tempo, tende a ser estigmatizadora, mantendo tais
crianças e adolescentes como perpétuos marginalizados e
37 perdedores. Deve-se atentar para a força de resistência e
adaptação dessas crianças e adolescentes — não são apenas
vítimas, mas também sobreviventes de um cotidiano muito
40 adverso que se assemelha muito a uma verdadeira guerra.
Crianças e adolescentes estão em grave risco, mas a própria
palavra “risco” guarda em seu significado a noção de ganho.
43 Segundo o dicionário, “risco é a situação em que há
probabilidades mais ou menos previsíveis de perda ou
ganho”. Deve-se abordar esse tema com olhos nos preciosos
46 ganhos que se possam colher.

Susane Rocha de Abreu. In: *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 24, n.º 1, mar./2002.

QUESTÃO 1

Depreende-se da leitura do texto que

- (A) a maioria das crianças alistadas como trabalhadoras no Brasil está envolvida em atividades ilícitas relacionadas ao tráfico de drogas.
- (B) o trabalho doméstico infantil é aceito na sociedade brasileira porque é visto como uma oportunidade de ascensão social.
- (C) crianças e adolescentes em situação de risco são comumente considerados meras vítimas do cotidiano adverso e merecedoras de assistencialismo.
- (D) os estudos que envolvem as situações de risco à infância e à adolescência tendem a perpetuar o preconceito social contra crianças e adolescentes que vivem essa realidade.
- (E) muitas crianças e adolescentes se adaptam tanto ao cotidiano hostil que os cerca, que se recusam a receber ajuda e a se reintegrar em uma família estruturada.

QUESTÃO 2

Em relação às crianças e aos adolescentes que vivem em situação de risco no Brasil, conclui-se da leitura do texto que

- (A) a sociedade se exime da responsabilidade de ajudá-los.
- (B) famílias muito pobres os expõem ao perigo.
- (C) o governo praticamente os abandona à própria sorte.
- (D) o Estado deve oferecer-lhes medidas de proteção especiais.
- (E) a educação em escolas de atendimento integral os redimiria.

QUESTÃO 3

Estaria mantida a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso se substituísse

- (A) “vive” (linha 4) por **vivendo**.
- (B) “as que vivem em instituições” (linha 9) por **as quais vivem em instituições**.
- (C) “às crianças e aos adolescentes” (linhas 22 e 23) por **à crianças e adolescentes**.
- (D) “Por ser uma prática” (linha 25) por **Por que constituiu prática**.
- (E) “adolescentes — não são apenas” (linha 38) por **adolescentes, que não são apenas**.

QUESTÃO 4

Assinale a alternativa correta a respeito de elementos coesivos empregados no texto.

- (A) A conjunção “portanto” (linha 3) introduz oração com sentido contrastivo, por isso poderia ser substituída por **entretanto**, sem prejuízo do sentido do período.
- (B) O vocábulo “como” empregado na linha 11 tem a mesma classificação do empregado na linha 36, equivalendo ambos à expressão **na condição de**.
- (C) O vocábulo “que” (linha 19) introduz oração que expressa, em relação à anterior, circunstância de consequência.
- (D) O conector “embora” (linha 22) introduz uma explicação a respeito do que se afirma anteriormente.
- (E) A conjunção “mas” (linha 39) inicia oração que estabelece sentido adversativo em relação à oração anterior.

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa em que a reescrita do último período do texto garante a correção gramatical e a coerência das ideias nele expressas.

- (A) **Deve-se tratar desse assunto, visando-se aos preciosos ganhos que possam ser obtidos.**
- (B) **Assim, esse assunto trata-se dos bons frutos que se deve colher.**
- (C) **Desse modo, o tema deve ser abordado visando os bons frutos que podem colher.**
- (D) **Esse assunto rende bons resultados, por isso deve ser tratado com esperança.**
- (E) **Conquanto, é preciso olhar para esse tema com vistas em um futuro promissor.**

QUESTÃO 6

Considerando aspectos linguísticos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) As formas verbais “há” (linha 1) e “Há” (linha 5) podem ser substituídas, com correção gramatical, por, respectivamente: **existe** e **Existem**.
- (B) A palavra “país” (linha 11) é acentuada por ser oxítona terminada em i seguido de s.
- (C) A forma verbal “é”, em “é difícil normatizar e vigiar o trabalho doméstico” (linhas 26 e 27), está no singular porque concorda com o sujeito da oração “o trabalho doméstico”.
- (D) O deslocamento da partícula “se”, em “ter-se mostrado” (linha 34), para imediatamente depois da forma nominal “mostrado” — **ter mostrado-se** — manteria a correção gramatical do texto.
- (E) Pode-se suprimir do texto, sem prejuízo para a correção gramatical e a coerência textual, a partícula “-se” em “Deve-se abordar” (linha 45), dada a presença de partícula com a mesma função na oração seguinte, “que se possam colher” (linha 46).

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa correta em relação ao emprego dos sinais de pontuação no texto.

- (A) A supressão da vírgula empregada após o advérbio “infelizmente” (linha 1) manteria a correção gramatical do texto, visto que o termo é composto de uma só palavra.
- (B) A vírgula empregada após “país” (linha 11) poderia ser substituída por ponto, sem prejuízo da coerência textual.
- (C) As vírgulas após “crianças” (linha 18) e “meninas” (linha 19) são empregadas para separar termos em enumeração.
- (D) A vírgula empregada após “mudanças” (linha 29) isola trecho explicativo.
- (E) A colocação de ponto após a forma verbal “seguir” (linha 31) manteria a correção gramatical e a coerência do texto, desde que feito o devido ajuste — de minúscula para maiúscula — na letra inicial da forma “considerando”.

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa em que há correta correlação de tempos e modos verbais no trecho alterado do texto.

- (A) Empregar crianças no trabalho doméstico, muitas vezes em idade bastante precoce, era uma prática muito comum e bem aceita no país, embora fora bastante prejudicial às crianças e aos adolescentes.
- (B) Empregar crianças no trabalho doméstico, muitas vezes em idade bastante precoce, seria uma prática muito comum e bem aceita no país, embora fora bastante prejudicial às crianças e aos adolescentes.
- (C) Empregar crianças no trabalho doméstico, muitas vezes em idade bastante precoce, fora uma prática muito comum e bem aceita no país, embora seja bastante prejudicial às crianças e aos adolescentes.
- (D) Empregar crianças no trabalho doméstico, muitas vezes em idade bastante precoce, foi uma prática muito comum e bem aceita no país, embora fora bastante prejudicial às crianças e aos adolescentes.
- (E) Empregar crianças no trabalho doméstico, muitas vezes em idade bastante precoce, era uma prática muito comum e bem aceita no país, embora tenha sido bastante prejudicial às crianças e aos adolescentes.

QUESTÃO 9

Vigente até hoje, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n.º 9.394/1996, proporcionou, na visão de Leda Scheibe, vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), uma alteração significativa: o estabelecimento do critério de educação básica [...]. “Essa formulação é bastante importante em termos de financiamento, obrigatoriedade e direito à educação”, avalia Leda. O termo “educação básica” já aparecia na Constituição Federal de 1988 (CF) como um direito a ser assegurado dos quatro aos dezessete anos de idade.

Internet: <www.terra.com.br> (com adaptações).

Com relação à estrutura e ao quadro atual da educação brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei n.º 9.394/1996 implantou o ensino fundamental com duração de nove anos.
- (B) A organização e o financiamento da educação básica, em todos os seus níveis, são responsabilidades exclusivas dos governos estaduais e municipais.
- (C) Segundo a LDB, deve-se iniciar o ensino fundamental, com oferta e matrícula obrigatórias, com quatro anos de idade.
- (D) Atualmente, o ensino médio regular deve ser ofertado com duração mínima de três anos, podendo ser articulado à educação profissional técnica de forma integrada ou concomitante.
- (E) Antiga reivindicação dos movimentos sociais ligados aos direitos dos negros, a inclusão da história e da cultura afro-brasileira nos programas curriculares ainda não se concretizou. Tal tema é oferecido apenas em caráter facultativo.

QUESTÃO 10

O presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Barack Obama, trocou um aperto de mãos com o presidente cubano, Raúl Castro, nesta terça-feira, na Organização das Nações Unidas (ONU), em um raro encontro bilateral entre os líderes dos ex-rivais da Guerra Fria que trabalham para melhorar as relações após décadas de hostilidade.

Internet: <<http://br.reuters.com>> (com adaptações).

Acerca da temática abordada no fragmento de texto acima, assinale a alternativa correta.

- (A) A participação de Raúl Castro na assembleia da ONU marcou a estreia do Estado cubano nesse tipo de evento; desde a adoção do regime socialista, em 1961, nenhum presidente do país havia comparecido à abertura do encontro.
- (B) Barack Obama tem enfrentado oposição de seu próprio partido à reaproximação com Cuba; curiosamente, vem dos republicanos, mais abertos à livre iniciativa, a maior parte das manifestações internas de apoio à sua atitude.
- (C) Ao longo das mais de quatro décadas de governo de Fidel Castro, os EUA ensaiaram, em diversas ocasiões, a suspensão do embargo à economia cubana, em especial os ex-presidentes Ronald Reagan e George W. Bush.
- (D) Atualmente, cubanos estão proibidos de entrar nos EUA, assim como não são permitidas remessas de dólares a Cuba por parte dos nacionais desse país que residem nos EUA.
- (E) Após o fim da União Soviética, em 1991, o regime cubano iniciou gradual aproximação com outros parceiros comerciais, como Canadá, China e Espanha.

QUESTÃO 11

Cerca de dez tribos indígenas praticam o infanticídio, ou seja, quando os recém-nascidos apresentam qualquer sinal de deficiência física, quando nascem gêmeos ou quando os bebês resultam de um adultério, há a rejeição das crianças por parte da tribo e elas acabam sendo condenadas à morte. Em muitos casos, a mulher grávida entra em trabalho de parto, vai para a floresta sozinha e sai de lá sem a barriga e sem o bebê.

Apesar de muitos parlamentares terem defendido que a prática cultural deve ser combatida apenas por diálogo, a Câmara aprovou recentemente projeto de lei que determina ao poder público que use de todos os meios para proteger essas crianças.

Internet: <www2.camara.leg.br> (com adaptações).

Os parlamentares que defendem que "a prática cultural deve ser combatida apenas por diálogo", ou seja, que são contra a criminalização desse hábito, de certo modo coadunam-se com a ideia de relativismo cultural, que

- (A) reconhece os indígenas como brasileiros natos e, portanto, sujeitos às mesmas restrições e penalidades que os demais.
- (B) exige que culturas minoritárias se adequem à lei que rege as relações sociais das demais culturas.
- (C) implica compreender a diversidade cultural e respeitá-la, reconhecendo que toda cultura tem uma coerência interna que lhe é peculiar.
- (D) defende a tese de que a cultura indígena é uma "não cultura" por não se adequar aos valores ocidentais contemporâneos.
- (E) traz, intrinsecamente, a noção de intolerância étnico-cultural.

Nas questões de **12 a 14**, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destros. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação a programas, arquivos, diretórios e *hardware* utilizados.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa que apresenta o termo que corresponde a uma espécie de espinha dorsal da Internet na qual as informações circulam entre os computadores interconectados e cuja estrutura física pode ser compreendida por cabos de fibra óptica intercontinentais tanto aéreos quanto submarinos.

- (A) *Backbone*
- (B) *Broadcasting*
- (C) *VPN (Virtual Private Network)*
- (D) *WAN (Wide Area Network)*
- (E) *WWW (World Wide Web)*

QUESTÃO 13

No âmbito da segurança da informação, a tecnologia que permite coletar informações acerca de um consumidor enquanto ele navega na Internet, como, por exemplo, o tempo de duração da visita e quais páginas ele visitou, é o(a)

- (A) *Cibercondria.*
- (B) *Clickstream.*
- (C) *Cyberbulling.*
- (D) *Pharming.*
- (E) *Troll.*

QUESTÃO 14

Matrícula	Nome	Nascimento	Naturalidade
20152001	Ana	21/10/2000	Barreiras-BA
20152002	Núbia	02/12/2001	Goiânia-GO
20152003	Thiago	11/01/2001	Imperatriz-MA
20152004	Carlos	17/08/2002	São Paulo-SP
20152005	Tereza	05/04/1999	Brasília-DF

Considerando-se a figura acima, que mostra parte da tela de edição de um texto no Microsoft Word 2013, para que seja adicionada uma nova linha à tabela, após o último registro, é suficiente realizar o seguinte procedimento:

- (A) selecionar toda a tabela; clicar a guia Inserir; localizar o grupo Tabelas e, em seguida, clicar o botão Tabelas e escolher a opção Inserir Linhas Abaixo.
- (B) selecionar a última linha da tabela; clicar a guia Inserir; localizar o grupo Tabelas e, em seguida, clicar o botão Tabelas e escolher a opção Inserir Linhas Abaixo.
- (C) posicionar o cursor do *mouse* sobre qualquer campo da última linha da tabela e fazer uso das teclas de atalho **Ctrl** + **I**.
- (D) clicar o botão direito do *mouse* sobre qualquer campo da última linha da tabela; escolher, no *menu* que aparece, a opção Inserir; e selecionar Inserir Linhas Abaixo.
- (E) clicar o botão direito do *mouse* sobre qualquer campo da última linha da tabela e escolher, no *menu* que aparece, a opção Inserir Linhas.

QUESTÃO 15

Acerca da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de competência concorrente entre o Distrito Federal (DF) e a União manter programas de educação, prioritariamente pré-escolar e de ensino fundamental.
- (B) Compete privativamente ao DF interditar edificações em ruína, em condições de insalubridade e que apresentem as irregularidades previstas na legislação específica, bem como demolir construções que ameacem a segurança individual ou coletiva.
- (C) A fiscalização tributária é de competência privativa dos auditores e procuradores fiscais, os quais terão precedência sobre os demais servidores.
- (D) Em caso de greve, para garantir a prestação dos serviços públicos, é autorizado expressamente que os servidores públicos substituam, em qualquer hipótese, os trabalhadores privados.
- (E) Aos integrantes da carreira de fiscalização e inspeção é garantida a independência funcional no exercício de suas atribuições, exigindo-se nível superior ou médio para o ingresso na carreira.

QUESTÃO 16

No que diz respeito à LODF, assinale a alternativa correta.

- (A) Os símbolos do DF são a bandeira, o hino e o brasão, sendo que, para que sejam estabelecidos novos símbolos, é necessário emenda à LODF.
- (B) Cada região administrativa do DF, que pode ser criada ou extinta por meio de lei aprovada por maioria simples, tem um conselho de representantes comunitários com funções consultivas e fiscalizadoras, na forma da lei.
- (C) A relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos deve ser estabelecida por meio de lei ordinária.
- (D) É direito das servidoras do DF a proteção especial à gestante ou lactante, inclusive com mudança temporária de cargo público, quando for recomendável à sua saúde ou à saúde do nascituro, sem prejuízo de seus vencimentos e das demais vantagens.
- (E) O DF, ao instituir planos de carreira para os seus servidores, deverá ouvir as entidades representativas dos servidores abrangidos.

QUESTÃO 17

A Lei n.º 5.244/2013 dispõe acerca do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CDCA-DF), sendo correto afirmar que

- (A) os conselheiros são eleitos em processo de escolha regulado pelo CDCA-DF e têm mandato de dois anos, permitida a reeleição.
- (B) deve ser substituído, por deliberação do Plenário do CDCA-DF, o conselheiro que: faltar injustificadamente a três reuniões consecutivas ou a seis alternadas no período do mandato, sem o comparecimento do seu suplente; praticar ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral; e sofrer condenação criminal, transitada em julgado.
- (C) a atuação do conselheiro requer compromisso com a missão institucional do CDCA-DF, sendo que o exercício dessa função é considerado de interesse público relevante e devidamente remunerado, conforme previsto na legislação.
- (D) o presidente e o vice-presidente serão eleitos pelo conselho, por maioria simples, na primeira sessão plenária do ano, com quórum mínimo de dois terços da composição do CDCA-DF, para mandato de dois anos.
- (E) o CDCA-DF é integrado por representantes da administração pública e de organizações representativas da sociedade civil com atuação na área da infância e da adolescência no DF, sendo que um dos requisitos para ser conselheiro é pertencer, preferencialmente, à diretoria ou ocupar cargos diretivos na organização representativa ou no órgão público, conforme o caso.

QUESTÃO 18

Em relação ao que dispõe a Lei n.º 5.294/2014 quanto aos Conselhos Tutelares do Distrito Federal (DF) e CDCA-DF, assinale a alternativa correta.

- (A) O conselho tutelar tem a seguinte organização: colegiado, coordenação, secretaria-geral e conselheiro tutelar, sendo que o colegiado deve se reunir mensalmente em sessões ordinárias.
- (B) O conselho tutelar deve funcionar de segunda a sábado, das 8h às 18h, período em que deve estar presente, na sede, pelo menos um conselheiro. Nos demais dias e horários, o recebimento de denúncias é realizado por uma linha de ligação gratuita, cujo número deve ser divulgado pela Secretaria da Criança.
- (C) O conselho tutelar deve encaminhar, trimestralmente, ao CDCA-DF, ao Ministério Público e ao juiz da vara da infância e da juventude relatório contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições e às demandas e deficiências na implementação das políticas públicas.
- (D) São impedidos de servir, no mesmo conselho tutelar, cônjuges, companheiros, inclusive em união homoafetiva, parentes em linha reta ou em linha colateral ou por afinidade, até o quarto grau, estendendo-se o impedimento do conselheiro no que se refere à autoridade judiciária, ao delegado, ao defensor público e ao Ministério Público que atuam no Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no DF.
- (E) Poderá candidatar-se ao cargo de conselheiro tutelar o cidadão do DF que atender às condições de elegibilidade previstas na legislação eleitoral, com exceção de filiação partidária, observados os seguintes requisitos, entre outros: reconhecida idoneidade moral, idade mínima de dezoito anos, e residência comprovada de, no mínimo, um ano na região administrativa do respectivo conselho tutelar.

QUESTÃO 19

Para o exercício de suas atribuições, na proteção dos direitos da criança e do adolescente, o membro do conselho tutelar **não** poderá ingressar e transitar em

- (A) sessões do CDCA-DF.
- (B) dependências dos órgãos públicos, no interesse da garantia dos direitos de crianças e adolescentes.
- (C) entidades de atendimento em que se encontrem crianças e adolescentes.
- (D) qualquer recinto privado, inclusive domicílios, no qual haja indícios de ameaça ou violação aos direitos de crianças e adolescentes.
- (E) qualquer recinto público no qual haja indícios de ameaça ou violação aos direitos de crianças e adolescentes.

QUESTÃO 20

Nos termos da Lei n.º 4.049/2007, é permitida a inclusão ou a admissão, nos instrumentos que tratam da subvenção social e do auxílio para investimentos, de cláusulas ou condições que prevejam

- (A) realização de despesas a título de taxa de administração ou de gerência.
- (B) realização de despesas com propaganda e publicidade para divulgação de evento.
- (C) pagamento a servidor integrante do quadro de pessoal de órgão da administração, por serviços de consultoria ou de assistência social.
- (D) aditamento com alteração do objeto.
- (E) realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Em relação ao que estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), assinale a alternativa correta.

- (A) O Sinase será totalmente financiado com recursos dos orçamentos tributário e da assistência social.
- (B) Para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento em regime de semiliberdade ou de internação, além dos requisitos específicos previstos no respectivo programa de atendimento, é necessário reputação ilibada, formação de nível superior em administração e comprovada experiência no trabalho com adolescentes de, no mínimo, seis meses.
- (C) É vedado ao juiz aplicar nova medida de internação, por atos infracionais praticados anteriormente, a adolescente que já tenha cumprido medida socioeducativa dessa natureza, sendo tais atos absorvidos por aqueles aos quais se impôs a medida socioeducativa extrema.
- (D) A gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida são fatores que justificam, por si, a não substituição da medida por outra menos grave.
- (E) É assegurado ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação que seja casado ou que viva, comprovadamente, em união estável o direito à visita íntima e a receber visita dos filhos, desde que seja respeitada a faixa etária estabelecida no regimento da unidade de atendimento.

QUESTÃO 22

Júlio, com dez anos de idade, Jairo, com quinze anos de idade, e Jânio, com dezessete anos de idade, são irmãos e residem em um país no qual há conflito armado.

Considerando-se, nessa situação hipotética, que o referido Estado se comprometa a respeitar o que dispõe a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, de acordo com as diretrizes referentes ao assunto,

- (A) Júlio, Jairo e Jânio não poderão participar diretamente das hostilidades decorrentes do conflito armado.
- (B) Jairo e Jânio poderão participar diretamente das hostilidades decorrentes do conflito armado, havendo prioridade no recrutamento de Jânio.
- (C) Júlio e Jairo não poderão de forma alguma participar diretamente das hostilidades decorrentes do conflito armado.
- (D) Júlio, Jairo e Jânio poderão participar diretamente das hostilidades decorrentes do conflito armado, havendo prioridade no recrutamento dos irmãos de mais idade.
- (E) Jairo e Jânio poderão participar diretamente das hostilidades decorrentes do conflito armado em igualdade de condições quanto ao recrutamento.

QUESTÃO 23

De acordo com o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que

- (A) não há previsão expressa da proteção contra o desemprego.
- (B) o direito a salário igual por trabalho igual comporta algumas discriminações previstas em lei.
- (C) o direito de fundar sindicatos está relacionado com a obrigação de filiar-se e associar-se para defesa de seus direitos.
- (D) o direito ao repouso e aos lazeres está expressamente previsto, bem como a limitação razoável da duração do trabalho e o pagamento de férias periódicas.
- (E) é garantido o direito à segurança na doença, na invalidez ou em outros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes ou decorrentes da vontade da pessoa.

QUESTÃO 24

Márcio e Maria, que vivem em união estável, afeiçãoaram-se a Jorge, menor com dez anos de idade cuja responsável legal está presa.

Com base nesse caso hipotético e no que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa correta.

- (A) Caso Márcio e Maria tenham respectivamente 25 e 24 anos de idade e comprovem a estabilidade da família, estarão habilitados à adoção de Jorge.
- (B) Caso Márcio e Maria estejam com a guarda de fato de Jorge, dispensa-se a realização do estágio de convivência.
- (C) Na hipótese de Márcio e Maria optarem pela dissolução da união estável, o processo de adoção de Jorge será interrompido e arquivado. Caso um deles ainda tenha interesse na adoção, deverá reiniciar o processo individualmente.
- (D) O consentimento da representante legal em relação à adoção é dispensável, pois, ao ser presa, ela ficou privada do poder familiar. Nesse caso, Jorge será ouvido a respeito da adoção, sendo seu consentimento obrigatório.
- (E) Na hipótese de Márcio falecer no curso do procedimento de adoção, ainda assim a adoção poderá ser deferida se houve inequívoca manifestação de vontade por parte do adotante antes do óbito.

QUESTÃO 25

De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa

- (A) revelar fato ou circunstância de que se tenha ciência e que deva permanecer em segredo em razão das atribuições.
- (B) doar, à pessoa física ou jurídica, salvo para fins educativos ou assistenciais, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer ente estatal sem observância das formalidades legais.
- (C) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar alienação, permuta, locação de bem público ou fornecimento de serviço por ente estatal por preço superior ao valor de mercado.
- (D) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar aquisição, permuta, locação de bem, móvel ou imóvel, ou contratação de serviços por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- (E) celebrar contrato de rateio de consórcio público ou instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada.

QUESTÃO 26

Ao adolescente aprendiz é permitido o trabalho

- (A) noturno realizado entre as 22 horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte, mediante o pagamento de adicional e hora extra, se for o caso.
- (B) insalubre, mediante o pagamento do respectivo adicional.
- (C) realizado em locais que não permitam a frequência à escola quando o adolescente for maior de dezesseis anos de idade e quando o trabalho for necessário para sua subsistência.
- (D) sem contraprestação, porque a remuneração desnatura o caráter educativo do trabalho aprendiz.
- (E) a partir dos catorze anos de idade, assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

QUESTÃO 27

Paulo, com dezessete anos de idade, foi flagrado praticando ato infracional e o procedimento judicial de apuração foi iniciado.

Considerando essa situação hipotética e o que dispõe o ECA, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessão da remissão pelo Ministério Público importará na interrupção do processo já iniciado e no perdão total de Paulo.
- (B) A remissão implica no reconhecimento da responsabilidade de Paulo, mas exclui a possibilidade de aplicação de medida socioeducativa.
- (C) A remissão prevalece para efeito de antecedentes, devendo constar nos registros de Paulo junto à Justiça da Infância e da Juventude.
- (D) A remissão pode incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semiliberdade e a internação.
- (E) A remissão poderá ser revista judicialmente, de ofício ou no prazo de cinco dias, mediante pedido do adolescente, do seu representante legal ou do Ministério Público.

QUESTÃO 28

A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) incidental prescinde de demonstração de controvérsia judicial relevante.
- (B) O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que uma lei, em virtude das circunstâncias de fato, pode vir a ser inconstitucional, não o sendo, porém, enquanto essas circunstâncias de fato não apresentarem a intensidade necessária para que a torne inconstitucional. Esse fenômeno é chamado de inconstitucionalidade progressiva.
- (C) Conforme posicionamento do STF, exige-se a observância da cláusula de reserva de plenário na hipótese de não recepção, pela CF, de lei ou ato normativo pré-constitucional.
- (D) Não será considerado formalmente inconstitucional projeto de lei de iniciativa parlamentar que confira aumento de remuneração aos servidores do governo de um estado da federação.
- (E) Conforme a Lei Complementar n.º 95/1998, deverá ser adotada a cláusula de revogação "Revogam-se as disposições em contrário" nas leis de grande repercussão.

QUESTÃO 29

Quanto ao Poder Judiciário, ao processo legislativo e ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O magistrado que ingresse no Poder Judiciário por meio do quinto constitucional só adquirirá a vitaliciedade após dois anos de exercício.
- (B) Conforme posicionamento do STF, a sanção do Presidente da República sana eventual vício em lei de sua iniciativa.
- (C) No sistema constitucional brasileiro, admite-se que lei complementar com conteúdo de lei ordinária, aprovada por maioria absoluta, seja revogada por lei ordinária, aprovada por maioria relativa.
- (D) Cabe medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão, embora ainda não haja previsão legal específica a esse respeito.
- (E) Conforme posicionamento do STF, o exame prévio de medida provisória por comissão mista de deputados e senadores será facultativo desde que o projeto seja aprovado posteriormente em plenário.

QUESTÃO 30

Acerca do mandado de injunção, do controle de constitucionalidade e do processo legislativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Conforme posicionamento do STF, não se admite a fungibilidade entre a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e a ADPF.
- (B) O mandado de injunção não pode ser impetrado na hipótese de inconstitucionalidade por omissão relativa (discriminação arbitrária) ou omissão parcial (insuficiência propriamente dita), porquanto o cabimento dessa impetração pressupõe falta de norma regulamentadora.
- (C) O Presidente da República poderá solicitar a aplicação do regime de urgência constitucional quando, tratando-se de projeto de lei de iniciativa de parlamentar pertencente ou não à base do governo, entender que o interesse nacional exige a apreciação célere do projeto.
- (D) No julgamento de ADI, faculta-se ao *amicus curiae* fazer sustentação oral em plenário e, desde que haja obscuridade, contradição, omissão ou erro material, dispõe ele de legitimidade para opor embargos de declaração contra o acórdão proferido em sede de ADI.
- (E) O STF sufragou tese segundo a qual se admite, excepcionalmente, que normas constitucionais originárias sejam consideradas inconstitucionais.

QUESTÃO 31

Em relação ao processo legislativo, à máxima da proporcionalidade e do sopesamento, aos direitos fundamentais, ao Ministério Público e ao Poder Constituinte, assinale a alternativa correta.

- (A) A ponderação ou o sopesamento é incompatível com a teoria interna dos direitos fundamentais.
- (B) Prescinde-se de autorização do chefe da instituição para que o integrante da carreira do Ministério Público resida fora da comarca da respectiva lotação.
- (C) O Procurador-Geral da República deverá ser nomeado pelo Presidente da República entre os Sub-Procuradores-Gerais da República, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- (D) Na delegação legislativa própria, caberá ao Presidente da República elaborar lei a respeito de matéria que lhe tenha sido delegada pelo Congresso Nacional, devendo o Congresso Nacional apreciar a lei delegada elaborada pelo Presidente, aprovando-a ou rejeitando-a por completo.
- (E) Conforme posicionamento do STF, não se admite a denominada cláusula pétrea implícita, já que as limitações materiais ao poder de reforma enumeradas na CF devem ser interpretadas restritivamente.

QUESTÃO 32

No que se refere ao processo legislativo, ao Poder Constituinte e à competência da Justiça Militar da União, assinale a alternativa correta.

- (A) No sistema constitucional brasileiro, não se admite a assim chamada delegação interna, sendo vedado a uma comissão do Congresso Nacional discutir e votar, em caráter terminativo, um projeto de lei.
- (B) O Poder Constituinte Derivado Decorrente submete-se ao princípio da simetria, inclusive no que se refere aos princípios básicos do processo legislativo federal.
- (C) Conforme a doutrina majoritária, a deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional a respeito do atendimento, por parte das medidas provisórias, dos seus pressupostos constitucionais constitui exemplo de controle de constitucionalidade preventivo político.
- (D) Conforme posicionamento do STF, o Congresso Nacional pode incluir, em medidas provisórias, emendas parlamentares que não tenham pertinência temática com a norma, já que a CF não veda expressamente essa conduta e que se trata de matéria *interna corporis*.
- (E) Não se admite que a Justiça Militar da União processe e julgue militar das Forças Armadas por crime militar doloso contra a vida se a vítima for civil.

QUESTÃO 33

A respeito dos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Admite-se a usucapião de enfiteuse em relação a bem público.
- (B) A concessão de uso de bem público prescinde de licitação.
- (C) A permissão qualificada, se extinta pela administração pública antes do prazo, não gera direito a indenização.
- (D) A faixa de fronteira é bem pertencente à União.
- (E) As reservas indígenas classificam-se como bens dominicais.

QUESTÃO 34

No que se refere aos atos administrativos, ao processo administrativo, à organização da administração pública e à responsabilidade civil e penal do servidor público, assinale a alternativa correta.

- (A) Em virtude do efeito *pamprocessual* do processo penal, caso um agente público seja condenado, na esfera penal, por crime que configure ato ímprobo, a sentença penal condenatória vinculará a esfera cível quanto à materialidade e à autoria, não se podendo mais questionar, na ação de improbidade administrativa, a respeito da existência do fato ou da autoria.
- (B) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União a respeito de apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado.
- (C) O ato administrativo composto, em regra, não produz efeitos *prodromicos*.
- (D) No processo administrativo federal, é vedada a *reformatio in peius* no âmbito dos recursos administrativos.
- (E) Classificam-se como órgãos compostos aqueles que atuam e decidam por meio de manifestação conjunta e majoritária da vontade de seus membros.

QUESTÃO 35

Considerando os atos administrativos, a organização da Administração Pública e a responsabilidade civil extracontratual do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) Porquanto motivo e motivação não se confundem, o STF entende que a dispensa unilateral de empregado por empresa pública prescinde de motivação.
- (B) A autarquia exemplifica o fenômeno da descentralização da administração pública e, salvo no caso das autarquias especiais — a exemplo das agências reguladoras —, trata-se de entidade subordinada ao ente político da administração pública direta.
- (C) Na esfera federal, as empresas públicas são formadas por capital totalmente público, admitindo-se que mais de um ente da federação participe do capital social destas.
- (D) A agência executiva qualifica-se como tal por meio de termo de parceria.
- (E) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos que causem, nessa condição, a usuários do serviço, exigindo-se prova da culpa do serviço para que respondam perante não usuários.

QUESTÃO 36

Quanto à improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos ímprobos que causem prejuízo ao erário prescinde de dolo ou má-fé, admitindo-se a responsabilidade do agente que agiu por mera culpa.
- (B) Na ação de improbidade administrativa, a decretação de indisponibilidade de bens exige como comprovação *in concreto* do *periculum in mora*, consistente, por exemplo, na tentativa de dilapidação do patrimônio.
- (C) A competência para julgamento de ação de improbidade contra membro do STF é do juiz de primeiro grau do local onde foi praticado o suposto ato ímprobo.
- (D) A ação de ressarcimento do dano causado ao erário por agente ímprobo prescreve em cinco anos.
- (E) O Ministério Público só intervirá na ação de improbidade administrativa quando a tiver ajuizado.

QUESTÃO 37

No que se refere à responsabilidade civil extracontratual do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor público que, prestando serviço público, cause dano a particular responderá objetivamente por sua conduta.
- (B) Conforme posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), prescreve em cinco anos, contados do fim do regime de exceção, a pretensão de recebimento de indenização por dano moral decorrente de atos de tortura ocorridos durante o regime militar.
- (C) Na teoria do risco administrativo, o caso fortuito interno não exonera o Estado do dever de reparar o dano.
- (D) Em virtude da separação dos poderes e do princípio democrático, o Estado não responde por danos decorrentes de ato legislativo inconstitucional de efeitos concretos.
- (E) A sociedade de economia mista pode adotar a forma empresarial de sociedade em nome coletivo.

QUESTÃO 38

Caio, seis anos de idade, filho de Amália, foi sequestrado por João e Vitor, que solicitaram o pagamento de resgate. Após uma semana de cativo, Vitor resolveu apresentar-se à polícia e indicar o local onde Caio estava escondido. Caio foi libertado e o valor solicitado não chegou a ser pago.

A partir dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) João e Vitor praticaram crime contra a liberdade individual, tipificado como extorsão mediante sequestro e classificado como hediondo.
- (B) O fato de Caio ser uma criança constitui circunstância agravante da pena, não influenciando na pena-base do crime, considerada pelo juiz na primeira fase da dosimetria.
- (C) É irrelevante a duração do sequestro de Caio para fins da tipificação do crime e da indicação da pena-base a ser considerada pelo juiz na dosimetria.
- (D) Como Vitor auxiliou a autoridade policial no esclarecimento do crime, facilitando a libertação de Caio, sua pena será reduzida de um a dois terços.
- (E) A falta de pagamento do valor solicitado pelos sequestradores como resgate impediu a consumação do crime, estando caracterizada a tentativa.

QUESTÃO 39

Alicia, estrangeira, grávida de três meses e proveniente de país que não coíbe o aborto, ingeriu substância abortiva acreditando não ser proibido fazê-lo no Brasil.

Nesse caso hipotético, o fato descrito poderá configurar

- (A) erro de tipo.
- (B) erro na execução.
- (C) erro de proibição.
- (D) *aberratio criminis*.
- (E) discriminante putativa.

QUESTÃO 40

O Código Penal (CP) estabelece que o crime é tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. A partir dessa definição, é correto afirmar que é admitida a tentativa na infração penal

- (A) habitual, como, por exemplo, no crime de submeter criança ou adolescente à prostituição.
- (B) culposa própria, como, por exemplo, no crime de homicídio culposo.
- (C) omissiva própria, como, por exemplo, no crime de deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de adolescente ao tomar conhecimento da ilegalidade da apreensão.
- (D) preterdolosa, como, por exemplo, no crime de lesão corporal seguida de morte.
- (E) instantânea, como, por exemplo, no crime de desobediência cometido na forma comissiva.

QUESTÃO 41

Em relação à remição, é correto afirmar que

- (A) o preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.
- (B) o tempo remido não poderá ser computado para a concessão de livramento condicional e progressão de regime.
- (C) o condenado que cumpre a pena em regime fechado, semiaberto ou aberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.
- (D) o condenado que foi punido por falta grave não perderá o direito ao tempo remido por constituir direito adquirido do preso. Entretanto, ficará prejudicado o requisito subjetivo necessário para a concessão de benefícios.
- (E) as atividades de estudo, no ensino fundamental, no ensino médio, inclusive profissionalizante, ou no ensino superior, deverão ser desenvolvidas de forma presencial e certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

QUESTÃO 42

O filho de Túlio foi sequestrado e ameaçado de morte por Márcio, que forçou Túlio a subtrair malotes de um carro forte no intuito de obter o dinheiro necessário para pagar o resgate.

Nesse caso hipotético, a conduta de Túlio estará acobertada por

- (A) legítima defesa.
- (B) inexigibilidade de conduta diversa.
- (C) exclusão de antijuridicidade.
- (D) exercício regular de direito.
- (E) atipicidade.

QUESTÃO 43

Em relação à ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A decadência extingue a punibilidade na ação penal pública incondicionada.
- (B) A decadência extingue a punibilidade na ação penal privada subsidiária da pública.
- (C) A perempção extingue a punibilidade na ação penal privada exclusiva ou propriamente dita.
- (D) O perdão da vítima extingue a punibilidade na ação penal pública condicionada à representação.
- (E) A renúncia da vítima extingue a punibilidade na ação penal privada subsidiária da pública.

QUESTÃO 44

Júlio foi agredido por sua vizinha, Jéssica, e fraturou, em decorrência dessa agressão, um braço e uma costela. Essas lesões impossibilitaram-no de ir à escola por mais de trinta dias.

A partir dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta, considerando que Jéssica seja imputável.

- (A) Caso a única testemunha seja criança, com seis anos de idade, não haverá o depoimento da testemunha no processo criminal instaurado contra Jéssica.
- (B) Jéssica deverá ser processada junto ao tribunal do júri, visto que, como a agressão, dolosa ou culposa, foi grave, caracteriza crime contra a vida, ainda que não tenha sido consumado.
- (C) Jéssica deverá ser citada pessoalmente para responder à ação penal, sendo que, caso não seja encontrada no endereço constante nos autos, a citação ocorrerá por edital, nomeará defensor dativo e dará seguimento ao processo à sua revelia.
- (D) O crime praticado por Jéssica é de ação penal pública condicionada à representação, razão pela qual o inquérito somente poderá ser instaurado e a denúncia somente poderá ser oferecida se houver manifestação do representante legal de Júlio.
- (E) O Ministério Público poderá, ao oferecer a denúncia, propor a suspensão do processo para Jéssica, de dois a quatro anos, desde que estejam presentes os requisitos legais e ela não esteja sendo processada ou condenada por outro crime.

QUESTÃO 45

Antônio foi preso, durante a fuga, após subtrair joias e relógios de uma loja de artigos de luxo. Os produtos subtraídos não foram recuperados e não houve violência na conduta de Antônio, tendo o delegado lavrado o auto de prisão em flagrante tipificando o crime como furto, cuja pena é de reclusão de um a quatro anos e multa.

Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Antônio cometeu crime afiançável, sendo cabível o arbitramento da fiança, pela autoridade policial, no valor de um a cem salários mínimos.
- (B) Antônio não poderá se beneficiar das medidas cautelares alternativas à prisão em face do alto valor do prejuízo sofrido pela vítima, sendo admitido, no caso, o relaxamento da prisão em flagrante.
- (C) Não é possível que o juiz determine a interceptação telefônica no intuito de descobrir a existência de comparsas de Antônio, porque um dos requisitos dessa medida é que o crime tenha sido cometido com violência ou grave ameaça.
- (D) Caso seja imprescindível para a investigação do fato, durante o inquérito policial, o delegado poderá solicitar a decretação da prisão temporária de Antônio.
- (E) O juiz poderá decretar, de ofício, a prisão preventiva de Antônio caso seja necessário garantir a ordem pública durante a investigação policial e desde que presentes indícios suficientes de autoria e prova da existência do crime.

QUESTÃO 46

Faz coisa julgada material a decisão

- (A) que julgue extinta a punibilidade pela prescrição.
- (B) que archive o inquérito policial por falta de indícios de autoria.
- (C) absolutória que reconheça que o fato não constitui infração penal.
- (D) absolutória que reconheça estar provado que o réu não concorreu para o crime.
- (E) absolutória que reconheça a não existência de prova suficiente para a condenação do réu.

QUESTÃO 47

De acordo com o Código de Processo Penal (CPP), a parte poderá apresentar as razões recursais na instância superior, caso assim o declare no termo, na hipótese de interposição de

- (A) agravo.
- (B) apelação.
- (C) carta testemunhável.
- (D) embargos de declaração.
- (E) recurso em sentido estrito.

QUESTÃO 48

No que se refere à lei de introdução às normas do direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Os costumes são admitidos como forma de integração da norma jurídica ainda que, eventualmente, contrariem a lei.
- (B) Para funcionar como fonte do direito e meio de integração da norma jurídica, os princípios gerais do direito devem ser expressamente previstos pelo ordenamento.
- (C) Não cabe à lei prever hipótese de aplicação da equidade como meio de integração da norma jurídica. Avaliar se deve ou não haver recurso à equidade diante de omissão legal e das especificidades do caso concreto é tarefa exclusiva do juiz.
- (D) A retroatividade motivada tem o condão de relativizar a proteção legal ao ato jurídico perfeito.
- (E) A relativização da coisa julgada é tendência atual que coloca em segundo plano a segurança jurídica para admitir a revisão do que foi decidido e transitado em julgado, por provocação de quaisquer das partes, sempre que houver dúvidas a respeito da justiça da decisão.

QUESTÃO 49

Acerca dos direitos de personalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A limitação voluntária ao exercício dos direitos de personalidade admite relativização lícita, por exemplo, com a cessão onerosa vitalícia de direito de imagem por parte de artista ou atleta.
- (B) Ao analisar a existência de dano moral, deve-se levar em consideração mais a efetiva ofensa que a comprovação de eventual dor, uma vez que o absolutamente incapaz, ainda quando não reúna condições de compreender ou de se abalar com a conduta contra si perpetrada, pode sofrer dano moral, fazendo jus à correspondente indenização.
- (C) As pessoas jurídicas são igualmente titulares de todos os direitos de personalidade previstos para as pessoas físicas.
- (D) A tutela dos direitos de personalidade somente é possível repressivamente.
- (E) Extinta a personalidade com a morte, não haverá tutela de direitos do *de cujus* após o falecimento de seu titular.

QUESTÃO 50

A respeito de negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A doação, como negócio jurídico, admite interpretação ampliativa.
- (B) Nos negócios jurídicos, a literalidade da manifestação de vontade prepondera sobre o que foi realmente intencionado pelas partes.
- (C) É nulo o negócio jurídico celebrado por pessoa relativamente incapaz sem assistente.
- (D) É das partes, com exclusividade, a legitimidade para arguir nulidades no negócio jurídico.
- (E) Um negócio jurídico em princípio inválido pode, ainda assim, ser eficaz.

QUESTÃO 51

Em relação à responsabilidade civil, é correto afirmar que

- (A) os pais são civilmente responsáveis, independentemente de culpa, pelo ato que seus filhos menores de idade, sob sua responsabilidade, praticarem com dolo ou culpa.
- (B) a configuração da responsabilidade civil por abuso de direito demanda a comprovação de dolo por parte do ofensor.
- (C) a incerteza acerca da ocorrência ou não de um dano, como ocorre com os lucros cessantes, não afasta a responsabilidade civil nem a eventual obrigação de indenizar.
- (D) dano estético é uma subespécie do dano moral que com ele se confunde.
- (E) a perda de uma chance em razão de ato ilícito praticado por agente confere ao ofendido direito líquido e certo ao exato conteúdo do que obteria não fosse a conduta ilícita praticada, dado que a obrigação de indenizar é medida pela extensão do dano.

QUESTÃO 52

Acerca de união estável e concubinato, assinale a alternativa correta.

- (A) Para efeitos jurídicos, a união estável é, atualmente, rigorosamente idêntica ao casamento.
- (B) A convivência duradoura, para fins de configuração de união estável, é aquela cujo período não é inferior ao prazo mínimo de um ano.
- (C) A união estável confere aos companheiros o dever recíproco de prestar alimentos.
- (D) A convivência pública, contínua e duradoura estabelecida com o objetivo de constituição de família é enquadrada como união estável, ainda que ocorra entre pessoas impedidas de se casar.
- (E) O concubinato é mera sociedade de fato da qual não decorre, para seus integrantes, direito patrimonial.

QUESTÃO 53

Com base na teoria geral da prova e nas provas em espécie, é correto afirmar que

- (A) a testemunha de referência é aquela que, necessariamente, presenciou o fato objeto de prova.
- (B) descabe o requerimento de depoimento pessoal quando a parte é pessoa jurídica.
- (C) a inércia injustificada do réu a quem se determine exibição incidental de documentos induz presunção relativa de veracidade dos fatos que se pretendia provar com o documento sonogado.
- (D) o ônus da prova é regra de instrução de aplicação subsidiária.
- (E) a inversão do ônus da prova é aplicada pelo juiz apenas no momento do julgamento, na parte da fundamentação da sentença.

QUESTÃO 54

Acerca das respostas do réu, assinale a alternativa correta.

- (A) Sendo a contestação o momento em que o réu indica as provas que pretende produzir, a revelia induz a preclusão de sua participação na fase instrutória.
- (B) A preliminar de contestação por meio da qual se suscita a existência de coisa julgada material é classificada como defesa processual dilatória.
- (C) Como regra, é do réu o ônus da prova da alegação, feita na contestação, de inexistência dos fatos constitutivos do direito do autor.
- (D) É plenamente admitida pela doutrina a ampliação subjetiva da reconvenção em relação à demanda principal, isto é, a formação, na reconvenção de litisconsórcio, ativo ou passivo, com sujeito estranho ao processo.
- (E) Carece de interesse de agir para a reconvenção o réu-reconvinte capaz de obter, com a simples improcedência dos pedidos do autor-reconvindo na demanda principal, idêntico resultado ao que poderia obter em sua reconvenção.

QUESTÃO 55

Assinale a alternativa correta no que concerne à liquidação de sentença e às execuções em espécie.

- (A) Sendo simples os cálculos aritméticos, considera-se a obrigação líquida, devendo o exequente instruir seu requerimento de cumprimento de sentença com a planilha discriminada do seu crédito.
- (B) A iliquidez de obrigação constante de nota promissória não a desnatura como título, bastando, para que se proceda à execução, a prévia liquidação da obrigação.
- (C) Somente é possível liquidar sentença ainda não transitada em julgado se o recurso contra ela interposto não tiver efeito suspensivo.
- (D) Somente o vencedor da demanda ostenta legitimidade ativa para requerer a liquidação da sentença.
- (E) A coisa certa quanto ao gênero e à quantidade, mas incerta quanto à qualidade, inviabiliza a execução da obrigação que tenha como objeto a sua entrega.

QUESTÃO 56

Com relação à sentença e à coisa julgada, assinale a alternativa correta.

- (A) As questões prejudiciais decididas incidentalmente na fundamentação da sentença são abarcadas pela coisa julgada.
- (B) As sentenças que decidem relações jurídicas continuativas não produzem coisa julgada material.
- (C) O juiz, em nenhuma hipótese, deverá, depois de proferida a sentença, modificá-la, sob pena de ofensa ao contraditório.
- (D) A eficácia preclusiva da coisa julgada alcança o deduzido e o dedutível.
- (E) Em atenção ao princípio da congruência, o juiz, ao julgar, deve considerar apenas os fatos aduzidos pelas partes na inicial e na contestação, abstendo-se de conhecer fatos supervenientes não alegados pelas partes.

QUESTÃO 57

Marcos ajuizou ação contra Paula, versando a causa acerca de questão exclusivamente de direito. Depois de o processo ter percorrido todo o seu trâmite, estando, portanto, em plena condição de julgamento de seu mérito, o juiz, atentando-se para a ilegitimidade ativa de Marcos, extinguiu o processo, sem resolução do mérito por carência da ação. Contra a sentença, Marcos interpôs recurso de apelação.

Considerando essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Dada a vedação à *reformatio in pejus*, isto é, a proibição de que o julgamento do recurso interposto por uma parte resulte em situação pior que aquela que ensejou a interposição do recurso, não poderá o tribunal, vindo a aplicar a teoria da causa madura, julgar improcedente o pedido deduzido por Marcos.
- (B) Deixando Marcos de interpor o recurso e formando-se coisa julgada formal, não haverá óbice legal a que ele ajuíze novamente a ação.
- (C) Na situação hipotética, errou o juiz, pois a ilegitimidade das partes é matéria que daria ensejo ao indeferimento liminar da inicial. Não tendo o juiz se atentado para esse ponto, o deferimento da inicial acarreta a preclusão para o juiz, que fica impedido de extinguir o processo com base naquele fundamento.
- (D) Caso o juiz verificasse, no momento de julgar o feito, que Marcos era parte ilegítima quando do ajuizamento da ação, mas que, em razão de fato superveniente, se tornou legitimado no curso do processo, a sentença, ainda assim, haveria de ser extinta sem resolução de mérito pela carência da ação, visto que as condições da ação devem estar presentes ao longo de todo o processo, desde o ajuizamento até o julgamento.
- (E) O Código de Processo Civil brasileiro adotou a teoria eclética das condições da ação no sentido de que, preenchidas as condições da ação, passa o autor a ter direito à resposta necessariamente positiva do Estado.

QUESTÃO 58

Acerca da constitucionalização dos direitos humanos, do Estatuto da Igualdade Racial, do combate ao racismo, da constitucionalização dos direitos humanos, da proteção a minorias e a demais grupos vulneráveis, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, do combate ao racismo e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, assinale a alternativa correta.

- (A) A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial impõe expressamente ao Estado-parte o dever de criminalizar o discurso do ódio racial e a participação em organizações racistas.
- (B) O Estatuto da Igualdade Racial, pautado, entre outros, pelos princípios da inclusão e da igualdade material, parte do pressuposto de que a consecução de seus objetivos prescinde da instituição de ações afirmativas.
- (C) A CEDAW é insuscetível de ratificação com reservas.
- (D) A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial não pode ser denunciada pelos Estados-parte que a ratificaram, por expressa previsão nesse sentido.
- (E) A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial não prevê a atribuição do Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial para receber e examinar comunicações de indivíduos ou grupos de indivíduos sob a jurisdição de Estado-parte, tendo essa previsão nascido a partir de Protocolo Facultativo à Convenção.

QUESTÃO 59

A respeito da liberdade sexual e da transexualidade, da proteção à mulher, à criança e ao idoso, da origem, da essência e da finalidade dos direitos humanos, da constitucionalização dos direitos humanos, da proteção a minorias e a demais grupos vulneráveis, da CEDAW, da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, do combate ao racismo e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Princípios de Yogyakarta constituem o primeiro tratado internacional, dotado de eficácia vinculante, do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos especificamente voltado para a proteção da comunidade LGBTQTT.
- (B) Os Estados-parte da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência têm a obrigação de submeter relatórios periódicos ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, independentemente de terem ou não ratificado o Protocolo Facultativo do referido tratado.
- (C) Conforme a CEDAW, as orientações do Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, expedidas a partir de caso envolvendo violação da respectiva Convenção pelo Brasil, podem ser homologadas perante o órgão de cúpula do Poder Judiciário do Estado-parte, quando passarão a ter eficácia vinculante no território nacional.
- (D) A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial contém, predominantemente, direitos humanos de primeira geração ou dimensão.
- (E) Apesar de não haver disposição constitucional expressa quanto ao dever de os filhos maiores ajudarem e ampararem os pais na velhice, essa aparente lacuna constitucional foi sanada pelo Estatuto do Idoso, que instituiu esse dever de forma explícita.

QUESTÃO 60

Acerca da constitucionalização dos direitos humanos, do Estatuto da Igualdade Racial, do combate ao racismo, da constitucionalização dos direitos humanos, da proteção a minorias e a demais grupos vulneráveis, da CEDAW, da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, do combate ao racismo e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, assinale a alternativa correta.

- (A) Tratando-se de tratado internacional que versa a respeito dos direitos humanos, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ostenta hierarquia normativa supralegal, conquanto infraconstitucional.
- (B) O órgão do Poder Executivo federal responsável pela promoção da igualdade racial é a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Entretanto, conforme as atribuições delineadas no Estatuto da Igualdade Racial, a SEPPIR tem função precipuamente executória, sendo descabido chamar-lhe de *ombudsman* da igualdade racial, já que não desempenha funções de monitoramento e de fiscalização da promoção da igualdade racial, função que foi atribuída com exclusividade pelo Estatuto a outro órgão federal.
- (C) Quando se refere a casamento, a CEDAW não se limita à união entre homem e mulher, fazendo menção a outras entidades familiares, como a união homoafetiva entre mulheres.
- (D) A CEDAW veda a adoção de medidas especiais de caráter temporário, a exemplo das ações afirmativas, por taxá-las de discriminação reversa.
- (E) O Protocolo Facultativo à CEDAW, que foi ratificado pelo Brasil, permite que indivíduos que se encontrem sob a jurisdição brasileira apresentem reclamações, fundadas em graves ou sistemáticas violações da Convenção, diretamente ao Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

PROVA DISCURSIVA

- Esta prova valerá, no máximo, **20 (vinte) pontos**. Você deverá produzir, a partir do tema proposto, um texto, com extensão máxima de **30 (trinta) linhas**, primando pela clareza, precisão, consistência, concisão e adequação às normas do registro formal da língua portuguesa. Qualquer fragmento de texto que ultrapasse a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** não poderá ser assinada, rubricada nem conter palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação do texto. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho deste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para a avaliação de seu texto.

De volta ao Brasil depois de muitos anos fora — que incluíram toda a década de 1970, portanto grande parte da ditadura —, o que mais me impactou foi uma cena que vi na televisão. Não lembro se era uma propaganda ou uma ficção. Uma mulher caminhava por uma rua deserta, à noite, com pouca iluminação, quando, na direção oposta, vinha um menininho pobre.

À reação espontânea de se debruçar sobre o menino, perguntando onde ele morava, onde ele estava indo naquela hora, como ele se chamava etc., se contrapôs uma atitude nova. A mulher se apressou em cruzar a rua e se distanciar do menino, com evidente pânico mesmo de ser assaltada.

Eu me dei conta ali de que algo de muito profundo tinha mudado no Brasil com a ditadura. Ao invés de gerar piedade, atenção, cuidado, o menino pobre era sinal de perigo. Os meninos pobres do Brasil foram incorporados às classes perigosas, àquelas que representam risco para a propriedade, para a integridade física dos que possuem bens e se sentem vítimas possíveis de assaltos.

Emir Sader. **A forma como uma sociedade trata dos meninos e dos jovens é a forma como pensa seu futuro.** Internet: <www.cartamaior.com.br> (com adaptações).

Considerando o depoimento acima apresentado como meramente motivador, redija texto dissertativo acerca do seguinte tema:

Preconceito e discriminação – violação dos direitos constitucionais da criança e do adolescente

Ao desenvolver seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) opinião pública brasileira em relação ao menor de rua;
- b) influência da mídia na formação da opinião pública; e
- c) ações do Estado para o combate ao preconceito e à discriminação de crianças e adolescentes.

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

RASCUNHO

PROVA APLICADA



PROVA APLICADA